




Organizadores:

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Luiz Antônio Araújo Gonçalves
Antônio Jerfson Lins de Freitas



**Trajetórias de pesquisadores e
os estudos das cidades médias
em perspectiva**



Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT



Virginia Celia Cavalcante de Holanda é graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou Estágio Pós-Doutoral na linha de Pesquisa Dinâmica urbana e regional junto ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde desenvolveu pesquisa: “O Papel da Interiorização do Ensino Superior no espaço Urbano e Regional das cidades médias do Nordeste Brasileiro”. Bolsista Produtividade em Pesquisa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), para o período de novembro de 2020 a novembro de 2022.



Luiz Antônio Araújo Gonçalves é bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, mestre e doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGeo/UECE. Realiza Estágio Pós-Doutoral na linha de Pesquisa - Natureza, campo e cidade no semiárido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi Coordenador adjunto do Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG/UVA e Pró-Reitor de Extensão e Cultura da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Atualmente é Professor Adjunto dos Cursos de Geografia (Bach. e Licenc.) e do MAG/UVA.



Antônio Jerfson Lins de Freitas é graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2007) e em História – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2019). Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

Organizadores:

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Luiz Antônio Araújo Gonçalves
Antônio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva



Sobral-CE
2022



Trajatórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva

© 2022 copyright by Virginia Célia Cavalcante de Holanda; Luiz Antônio Araújo Gonçalves; Antônio Jerfson Lins de Freitas. (Orgs)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de Geografia

Alberto Pereira Lopes
Carlos Alberto de Vasconcelos
Iapony Rodrigues Galvão
Otávio José Lemos Costa
Paulo Rogério de Freitas Silva
Sandra Llana Mansilla
Telma Bessa Sales
Wendel Henrique Baumgartner

Revisão

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catalogação

Leolph Lima da Silva - CRB3/967



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



GRUPPO EDITORIALE BROGGIA
PER IL MANAGEMENTO URBANO E REGIONALE



LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS



MESTRADO ACADÊMICO GEOGRAFIA (MAGANA)



T768 Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva. / Organizado por Virginia Célia Cavalcante de Holanda, Luiz Antônio Araújo Gonçalves, Antônio Jerfson Lins de Freitas. – Sobral-CE: Sertão Cult, 2022.

262p.

Série Território Científico, v. 02.
ISBN: 978-85-67960-88-3 - papel
ISBN : 978-85-67960-89-0 - e-book em pdf
Doi: 10.35260/67960890-2022

1. Geografia urbana. 2. Cidade Média. 3. Território e Pesquisadores. I. Holanda, Virginia Célia Cavalcante de. II. Gonçalves, Luiz Antônio Araújo. III. Freitas, Antônio Jerfson Lins de. IV. Título.

CDD 910.130776



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Prefácio

Prefácio? E o que é um prefácio? Fiz e refiz muitas vezes essa indagação. Homenagens? *Bah!* Sobreviver tem sido o lema na pandemia. Esta indagação levou a várias considerações e reafirma a nossa forma de sobreviventes no percurso. Devemos todos receber as maiores homenagens possíveis. E todos sabem o porquê.

Nos dicionários, prefácio é um dito antes (*fatio-prae*), texto que precede a obra, introdutório, curto, com o intuito de preparar o leitor para o que encontrará e com o que se deleitará. É uma escolha. Aqui ele será pelos autores, entrevistados e entrevistadores, principalmente pela afirmação do compromisso com o conhecimento vivo e diverso na compreensão da cidade no urbano e do urbano na cidade.

Ainda na significação do prefácio, diz-se que *utilizá-lo é para tentar seduzir à leitura*, o que torna uma oportunidade de ler o *Trajatórias* como continuidade de um trabalho de longa duração, expressa em agenda do Grupo de Estudo sobre Questões Teóricas e Metodológicas na Pesquisa das Cidades Médias e Pequenas e das atividades do *Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEURB)* no Mestrado em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), levado adiante no ano de 2020 e realizado através de plataforma digital, gravado e transformado em forma de livro. Esta é uma experiência coletiva extraordinária.

Da feitura do *Trajatórias*, depreende-se como a precarização da atividade acadêmica revela os ufanismos no tempo pandêmico: “os professores precisam se reinventar”, “os professores precisam se adequar para ensinar por meios virtuais”. A produção coletiva, aliada à potência da imagem viva (e falada) com os minutos de fama da *Web*, redefiniu a agenda e a continuidade das trajetórias se fez em exame.

Não obstante, as condições necessárias e indispensáveis para o uso de tecnologias nas pesquisas e no ensino são sempre admiradas e com capilaridade variada nas instituições educacionais. A capacidade dos sujeitos do conhecimento diante das adversidades e a empatia perante as relações docente-discente e nas tarefas orientador-orientando conduziu todos nós a uma reprodução ampliada do conhecimento, com a criação de canais de *Web*, *lives*, jornadas, conversas, entrevistas, defesas e muita divulgação científica, como esta aqui, se multiplicando num turbilhão incoerente.

E tais encontros virtuais já se realizam há muito tempo (ao menos há 15 anos), em exames de qualificações, defesas de mestrado e doutorado e orientações. Nesse período, as experiências da Universidade Aberta do Brasil (UAB) contribuíram para a implantação de cursos de graduação à distância, sobretudo de Matemática, Pedagogia e Letras. Muitos dos recursos foram aprimorados nessa experiência de UAB. As plataformas abertas *Moodle* e *Sigaa* demonstram funcionalidades que carecem de ajustes.

Com isso, os abusos do uso de recursos tecnológicos e a fragilidade das políticas educacionais de tecnologia para ampliação de recursos humanos qualificados e para preparação de equipamentos de qualidade não abalaram os esforços da grande maioria dos colegas professores em aulas, palestras, defesas e debates. Afinal, o uso de plataformas digitais tem sido o *mister* dos docentes e pesquisadores antes e durante o ano de isolamento em 2020.

De sorte que poderia dizer: conheço essa turma. Quer dizer, conheço a maioria dos entrevistados e entrevistadores. E conheço por estar convivendo na mesma temporalidade e por fazer parte de uma geração de professores de Geografia que entendeu ser partícipe em contribuir para estruturar o ensino de pós-graduação e a pesquisa no país, atendendo ao chamado dos órgãos de fomento, sobretudo Capes e CNPq e as agências estaduais de pesquisas. As entrevistas, realizadas entre maio e novembro de 2020, chegam-nos em forma de texto e reforçam os seus conteúdos e objetivos sobre si como sujeito e sobre os objetos de pesquisa.

Alguns conheço *mais de perto*, dos tempos da graduação na Universidade Estadual do Ceará (UECE) ou da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), ou ainda, por ocasião do mestrado ou do doutorado nas décadas de 1980-90. Com uma delas cheguei até a casar e, na *pequenina* Paraíba, criar

raízes. Sim! Como esquecer as paixões do conhecimento? Como esquecer os ânimos exaltados e os momentos tensos de debates de pesquisa, das contradições, das vontades e onde o inesperado causa uma surpresa?

Não pude deixar de notar - e anotar - que duas das entrevistadas compuseram a minha banca de doutoramento. O que posso dizer hoje é que fazemos pesquisa até ontem. Com uma delas, em especial, aprendemos a luta política e institucional da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), para “promover e estimular o estudo da geografia”, *uma* das finalidades da AGB. E bem que se diga que a grande maioria presente no *Trajétórias* foi ou está envolvida com esta cachaça chamada AGB, uma espécie de *cruzada agebeana de difusão da geografia*.

Sem pesquisa de campo não se pode falar. Assim, nos aparece uma referência ao Maoísmo da Geografia Francesa, quando se recorda a ambiência da experiência de formação. Este conteúdo exposto no *Trajétórias*, a dinâmica do debate e de seus resultados, pode ser visto tanto como um diálogo sobre a educação intuitiva e inconsciente da comunicação dos sentidos, como uma linguagem estética aprendida pelo estado de exceção pandêmico. E, sem dúvida, como uma riqueza de depoimentos para o estudo das cidades e do urbano. Estar presente no *Trajétórias* é dividir o pano, as varandas e os punhos dessas redes de estudos sobre a cidade e sobre o urbano, partícipe na construção da pesquisa colaborativa.

Certamente poderia qualificar tais trajetórias no âmbito da História da Educação e num amplo campo configurado como práticas escolares. Entrevistas de ou sobre trajetórias nos fornecem rico material de pesquisa para as práticas escolares e são sínteses dos modelos de formação de professores nas instituições às quais estão vinculados. É dessa maneira que as práticas escolares são renovadas; seja pelas trocas de experiências internas aos grupos de pesquisa, seja pela investigação dos conhecimentos. No aspecto geracional, corresponde às *trocas de figurinhas*, que são as conversas, as derivas nos cafés, nas aulas; nas indicações e sugestões de temas, nas orientações, ajustes e desencontros que se operam na intersubjetividade, entre lares (ou hotéis) e bares.

A exposição das trajetórias de pesquisa, em todos os depoimentos, sem exceção, nos mostra que a prática da Geografia tem sido a formação

de professores; de que “*a prática do geógrafo tem sido o ensino de geografia*”. E, em que pese uma ou outra interpretação em relação aos conceitos e categorias das Ciências da Educação, todos são ou estão envolvidos com currículos, programas, conteúdos, avaliações etc. Tomar contato e adentrar nas experiências de cada um através dos relatos da institucionalidade da pesquisa e da formação profissional, dos entraves da instituição e do ensino é ver e olhar o entusiasmo, o contexto e a atuação em seus respectivos anos de formação. E, como síntese, os resultados: capacidade de auto-organização e condições de trabalho.

Isto posto, os percursos revelados pelos colegas entrevistados se encaixam, como disse, na História da Educação e nas práticas escolares. As dimensões práticas da convivência das pesquisas dos grupos e das pesquisas individuais nos cursos de graduação e pós comportam formas variadas de convivência, pois carregam as contradições das instituições. Portanto, fixá-la na dimensão da história e da educação nos permite sustentar que as pesquisas levadas a cabo pelos grupos aqui expostos é o estudo da cidade e do urbano como um tema subjacente ao trabalho docente com a dupla finalidade: deleitar e ensinar, tão afeitas à poesia homérica.

A despeito disso, revelam a compreensão diversificada das temáticas e a relevância do assunto, seja por amor lefebvriano (ou legoffiano) às cidades, seja por viver suas plenitudes. Agradável constatar, de soslaio, nas trajetórias, a hipótese de que o trabalho coletivo induz suplantando os provincianismos diante da monumentalidade cidadina. Os relatos são repletos da própria história do crescimento e expansão do trabalho da ReCiMe e dos grupos de pesquisa que o transitam, o que certamente se poderia escrever um quase-tratado.

Neste caso aqui, o recorte com tesoura e tesouradas da leitura se deu através das experiências individuais e educativas que nos contam sobre suas preferências, aportes teóricos e posturas profissionais e, sobejamente, sobre parte expressiva da Geografia Urbana brasileira nos últimos 40 anos.

Por fim, não é exagero dizer que provocar o leitor com leituras críticas do *Trajétórias* é um tanto fora de propósito. Em cada uma das trajetórias, um ou mais métodos de pesquisa, uma ou mais abordagens teóricas da ciência e da educação são expostos e refeitos. Por óbvio, muitas das ques-

tões colocadas são autoexplicativas para a análise do Brasil urbano. E, como tais, são lideranças acadêmicas exercidas por mulheres (ao menos na ReCiMe) que são as mais capacitadas e aquinhoadas com as qualidades para exercer e porque os demais as qualificam para que a Geografia Urbana produzida seja um *vir-a-ser*.

Prof. Dr. Carlos Augusto Amorim Cardoso

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A série Território Científico

O que nasceu como uma tentativa de aproximar pesquisadores de diversas áreas, de mobilizar os membros do Conselho Editorial da SertãoCult na elaboração de um material que exprimisse a capacidade da editora em produzir obras com qualidade técnica e com relevância acadêmica, tornou-se um sucesso logo em sua primeira edição.

Após o lançamento do volume *Diálogos sobre a Ditadura*, que reuniu alguns dos maiores pesquisadores sobre a temática no Brasil, a série *Território Científico* chega ao seu segundo volume elaborado a partir de uma parceria com os profissionais ligados ao Seminário da Rede de Pesquisadores sobre as Cidades Médias (ReCiMe). Eis a obra *“Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva”*.

É gratificante concluirmos mais esta contribuição para a comunidade científica, apresentando as trajetórias de algumas das maiores referências da Geografia Urbana brasileira, que no contexto da pandemia da Covid-19 ficaram tão fisicamente distantes, mas nunca tão próximos, unidos através da tecnologia, que permitiu a troca de experiências com colegas de diferentes regiões do país.

Passados alguns meses da realização das entrevistas, finalmente a pandemia dá mostras de arrefecimento. O isolamento que tanto nos custou, começa a dar lugar a reencontros presenciais e estas entrevistas, mais do que um relato de experiências de pesquisa, passam a compor um registro histórico de como a crise sanitária afetou toda a nossa sociedade.

Se a produção científica segue sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela ainda são encarados quase como inimigos do Estado, é mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles

que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Mais um livro se junta à nossa série, nos deixando ainda mais orgulhosos e empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Que venham os próximos volumes!

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antônio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

O livro *“Trajetórias de Pesquisadores e os Estudos das Cidades Médias em Perspectiva”* é resultado das atividades do Grupo de Estudo sobre Questões Teóricas e Metodológicas na Pesquisa das Cidades Médias e Pequenas. O Grupo se formou no contexto da pandemia da Covid-19, no ano de 2020, quando colegas que já desenvolviam estudos ou orientavam temas nessas escalas de cidades, participantes do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEURB), do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), decidiram manter o vínculo com alunos e professores de diferentes instituições de forma interativa, utilizando o *Google meet* para viabilizar o diálogo.

Nesse momento sendo também fundamental que se mantivessem ativas as conversas iniciadas no Seminário da Rede de Pesquisadores sobre as Cidades Médias (ReCiMe), em dezembro de 2019, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e que seriam alinhadas em um evento em Sobral, programado para a última semana de maio de 2020, que contaria com a presença pesquisadores da ReCiMe em mesas redondas, conferências, trabalho de campo e reuniões de trabalho com o grupo do LEURB.

Da conjugação dessas necessidades, planejamos apresentar aos nossos alunos o pensamento de pesquisadores amplamente reconhecidos pelos estudos das cidades médias brasileiras, a aproximação indo das leituras de suas publicações, aos diálogos profícuos amparados nas trajetórias destes pesquisadores. Nesse sentido, somos gratos aos professores convidados que, embora envolvidos em muitas atividades, atenderam ao nosso convite e aceitaram participar das conversas em forma de entrevistas e a organização destas para publicação em e-book, numa linguagem coloquial pela espontaneidade das falas, permitindo que outros interessados tenham

acesso aos depoimentos tão inspiradores e carregados muitas vezes de uma mistura de razão e emoção.

Nessa toada, buscamos a valorosa adesão da ReCiMe, em conversas com o professor William Ribeiro da Silva e com a professora Doralice Sátyro Maia que, além do acolhimento à nossa ideia, participaram como entrevistados. Os demais colaboradores entrevistados foram: Maria Encarnação Beltrão Sposito, Rita de Cássia da Conceição Gomes, Zenilde Baima Amora, Antônio Cardoso Façanha, Wagner Vinicius Amorim, Beatriz Ribeiro Soares, Maria José Martinelli Silva Calixto e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. Tivemos também a alegria de contar com o querido Professor Carlos Augusto Amorim Cardoso que nos honrou com o prefácio dessa obra.

A atividade contou com o apoio da *Editora SertãoCult*, que incentivou as gravações das entrevistas dentro do projeto *Território Científico*, que ofereceu suporte a outras publicações no mesmo formato, no âmbito das Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) no ano de 2020, com publicações no formato e-book e possibilidade de acesso impresso atendida por demanda.

Por fim, consideramos que a experiência em mobilizar tantos pesquisadores que estudam diferentes cidades médias no território brasileiro foi exitosa. Mas também por conseguimos ampliar os horizontes dos nossos estudantes e contribuímos com a formação universitária e fortalecimento do conhecimento acadêmico num ano tão atípico. Por isso estamos felizes e gratos!

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Organizadores

Sumário

Doi: 10.35260/67960890p.16-57.2022

Dialogando, pensando e aprendendo com a trajetória de uma pesquisadora.....16

Prof.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito
Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Doi: 10.35260/67960890p.58-74.2022

Os desafios da formação e atuação de uma pesquisadora.....58

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes
Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Doi: 10.35260/67960890p.76-99.2022

Experiências acadêmicas e de pesquisa sobre as cidades médias cearenses.....76

Prof.^a Zenilde Baima Amora
Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Doi: 10.35260/67960890p.100-113.2022

Levantando problemáticas de pesquisa: um convite para pensar a cidade e o urbano no Nordeste brasileiro.....100

Prof. Antônio Cardoso Façanha
Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Doi: 10.35260/67960890p.114-130.2022

Os caminhos da formação e da pesquisa, tecendo uma trajetória.....114

Prof. Wagner Vinicius Amorim
Prof.^a Glauciana Alves Teles

Doi: 10.35260/67960890p.132-146.2022

Dividindo as múltiplas experiências de pesquisa e planejamento em cidades mineiras.....132

Prof.^a Beatriz Ribeiro Soares
Prof. Antônio Cardoso Façanha

Doi: 10.35260/67960890p.148-179.2022

**Desafios, práticas e saberes sobre as cidades médias:
um olhar a partir de Mato Grosso do Sul.....148**

Prof.^a Maria José Martinelli Silva Calixto

Prof.^a Glauciana Alves Teles

Doi: 10.35260/67960890p.180-199.2022

**Sobre escolhas e construção de caminhos, aprendendo com uma
narrativa singular.....180**

Prof.^a Doralice Sátyro Maia

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Doi: 10.35260/67960890p.200-229.2022

**Aprendendo sobre as cidades médias e pequenas da Amazônia
brasileira.....200**

Prof. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Doi: 10.35260/67960890p.230-255.2022

Um panorama dos estudos das cidades médias em debate.....230

Prof. William Ribeiro da Silva

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Índice remissivo.....257



Maria José Martinelli Silva Calixto é Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), credenciada no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado e Doutorado - da mesma Instituição. Graduada em Geografia - Licenciatura e Bacharelado - pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus de Presidente Prudente, mestre e doutora pela mesma Instituição. Também cursou Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2011) e pela UNESP - Campus de Presidente Prudente (2016). É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe e do Grupo de Pesquisa TERRHA - Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social. Orienta trabalhos de pesquisa, tendo experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano e regional, política pública e cidades médias.

Desafios, práticas e saberes sobre as cidades médias: um olhar a partir de Mato Grosso do Sul¹

Prof.^a Maria José Martinelli Silva Calixto²

Prof.^a Glauciana Alves Teles

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): Professora Maria José, é um prazer enorme retomarmos este diálogo. Registro que num momento de isolamento social, nos enche os olhos encontrar pessoas tão bacanas, pessoas que nos ajudam a manter esta mobilização de diálogo, de produção científica, de interlocução com outras instituições. Professora Maria José, queria iniciar este momento buscando entender a trajetória, os caminhos que a trouxeram até a Geografia. Quais referências que a professora teve na sua trajetória? Uma trajetória que a levou hoje a estar no centro do Brasil, praticamente, atuando em fronteiras que são epistemológicas, mas também que são fronteiras do diálogo acadêmico das universidades no Brasil hoje.

Prof.^a Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD): Sou eu quem agradeço, professor Luiz, por esta oportunidade de estar aqui com vocês. Também aproveito pra parabenizá-los por esta atividade e por esta oportunidade de diálogo. Bom, entrando na minha trajetória, eu sou egressa da UNESP de Presidente Prudente e lá se deu toda a minha formação: graduação, mestrado, doutorado e também fiz um estágio de pós-doutorado na-

1 Entrevista realizada via *Google meet* em 24 de setembro de 2020.

2 Professora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

quela instituição. Eu costumo dizer que a Geografia entrou na minha vida antes que eu nela tivesse entrado. Eu sempre falo isso porque meu pai foi funcionário da UNESP de Presidente Prudente, então desde criança eu tinha aquela Universidade como uma referência colocada. Mas, também falo isso porque foi no ensino médio na cidade de Presidente Prudente que eu comecei a ter um interesse maior pela Geografia. Esse interesse inicialmente, como na maioria dos casos, era muito pautado por um olhar curioso acerca de alguns processos ou de algumas questões do mundo ou mesmo dos lugares. Embora eu tivesse aquele interesse, ainda era permeado por pouco entendimento acerca de processos mais complexos ou mesmo das contradições, vamos dizer assim, que envolvem os processos. Era um interesse muito centrado naquilo que a disciplina me despertava. A partir desse interesse, por gostar da disciplina, eu pensei na possibilidade de cursar a Universidade e isso me fez prestar o vestibular quando ainda estava no segundo ano do ensino médio, naquela época o segundo colegial, como treineira. Queria ter uma experiência, queria saber como era um processo seletivo de vestibular e, mesmo não sendo possível iniciar o curso naquele momento, pois eu não tinha concluído o ensino médio, a aprovação numa universidade pública acabou sendo um fator que estimulou a prestar o vestibular no ano seguinte. Foi assim que eu ingressei no curso de Geografia da UNESP, no ano de 1987, concluí a licenciatura e o bacharelado no ano de 1990 e iniciei o mestrado já no ano seguinte, no ano de 1991.

Eu penso ser pertinente ressaltar também que, durante o curso de graduação, tive a oportunidade de participar de várias atividades muito importantes para minha formação. Esse foi, por exemplo, o caso dos eventos promovidos pela AGB³. Também participei de diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão, além de ter tido a oportunidade de integrar, ainda na condição de discente, o conselho da Graduação, o conselho da Pós-graduação da UNESP e até a congregação da Faculdade de Ciência e Tecnologia. Essas experiências de participação nesses órgãos colegiados ou mesmo em conselhos, sem dúvida, foram bastante importantes para o meu amadurecimento e até para o entendimento de parte, obviamente, da estrutura de uma instituição de Ensino Superior. Aqui, eu acho importante também destacar alguns estágios que eu realizei ou mesmo a colaboração

3 Associação dos Geógrafos Brasileiros.

em alguns projetos de pesquisa que acabaram, de certa forma, reforçando meu interesse pela Geografia.

Dentre essas atividades, eu destaco pelo menos três que avalio que contribuíram bastante para a minha formação: uma delas foi um estágio que realizei por um período de um ano, aproximadamente, junto à Prefeitura de um município vizinho a Presidente Prudente, uma cidade pequena chamada Martinópolis. Esse estágio visava elaborar o Plano Diretor daquela cidade. Foi uma experiência importante que eu vivenciei como discente, por meio desse estágio. Outra experiência que eu também avalio importante ressaltar, até porque aqui eu acho que tem alunos de graduação, alunos de pós-graduação, foi uma participação, durante dois anos, no grupo de estudos e atividades de campo de Arqueologia. Naquele momento, eu acompanhava, inclusive, escavações de material arqueológico no extremo oeste do Estado de São Paulo, numa área denominada Pontal do Paranapanema, onde foram descobertos materiais de cerâmica, pedra lascada, pedra polida... Então, eu participei durante um tempo da minha vida acadêmica de atividades ligadas à área de Arqueologia também. E uma terceira experiência que eu avalio bem importante foi a participação em uma pesquisa que visava avaliar os projetos de reforma agrária e assentamentos no Estado de São Paulo. Tratava-se de uma pesquisa que buscava fazer alguns levantamentos também no Pontal do Paranapanema, uma área ocupada por grileiros e que, desde os anos 1980, foi alvo de luta pela reforma agrária. Estima-se que na região haja um dos maiores estoques de terras públicas do país, griladas e caracterizadas como latifúndios improdutivos. Essa área possui mais de cem assentamentos, eu nem sei precisamente quantos são, mas acredito que, atualmente, tenha mais de cem espalhados por cerca de quinze, dezesseis municípios ali da região do Pontal do Paranapanema.

Bom, também durante o curso de graduação, eu tive oportunidades de participar de trabalhos de campo, alguns deles com duração de vinte dias. Então, do primeiro até o último ano da graduação, eu participei de quatro grandes projetos e trabalhos de campo, respectivamente, para as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país. Essas oportunidades de participação em trabalhos de campo, sem dúvida, foram de muito aprendizado. Aprendizado no sentido amplo da palavra, porque num trabalho de campo que durava quinze, vinte dias, você aprendia várias coisas, não só no sentido acadêmico, mas de convívio, de relacionamento, de estar dia e

noite com os colegas e tudo mais. Por meio dessas experiências eu pude também conhecer, o que penso ser muito importante, as diferentes subáreas da Geografia. Isso despertou o meu interesse pela Geografia Urbana. Essa proximidade com a Geografia Urbana se deu no terceiro ano do curso de graduação, quando eu colaborei no levantamento de campo da pesquisa de doutoramento da professora Maria Encarnação Sposito, que então fazia um trabalho sobre a produção do espaço urbano em cidades do interior paulista, tomando como referencial a verticalização. A partir daí, me aproximei das discussões ligadas à área e, por meio de uma bolsa de Iniciação Científica, iniciei um trabalho de pesquisa. Essa pesquisa de IC, que foi orientada pela professora Maria Encarnação e financiada pelo CNPq, acabou por se desdobrar na minha monografia de Bacharelado, que fiz com uma colega de curso. Esse trabalho de monografia trouxe uma experiência bastante importante por me aproximar do trabalho de campo. Essa experiência possibilitou, também, a participação em grupos de estudos, colóquios que a professora promovia com seus orientandos etc. Ou seja, foi suscitando questões e possibilidade de interlocução, de diálogo que acabaram por me estimular a tentar o processo seletivo para o mestrado, que iniciei no ano de 1991. Portanto, acho também importante registrar que fui aluna das primeiras turmas do Programa, tanto do mestrado quanto de doutorado, da UNESP de Presidente Prudente. Inclusive, eu fui a primeira orientanda de mestrado da professora Maria Encarnação. Então, temos aí uma história longa de convívio e trabalho.

E, falando um pouco da minha dissertação de mestrado: nesse trabalho eu busquei considerar os desdobramentos socioespaciais da intervenção do poder público local via reurbanização de uma área considerada degradada, realizando uma pesquisa sobre uma importante área pública em Presidente Prudente, uma área denominada Parque do Povo. Partiu de um esforço em compreender o processo de reestruturação do espaço urbano, via política pública, tentando analisar a articulação de interesses entre vários agentes envolvidos nesse processo: os proprietários de áreas urbanas, os agentes imobiliários, os moradores, o poder público etc.

Foi um trabalho que partiu do entendimento do processo de reestruturação do espaço urbano, via políticas públicas. Bom, ainda que eu tivesse iniciado o mestrado logo após concluir a graduação, até por ser aluna de uma das primeiras turmas do programa (eu acredito ter sido aluna da se-

gunda ou da terceira turma), eu não possuía bolsa. Aliás, bolsa de estudo era algo bastante difícil naquele contexto, no início da década de 1990. Ao mesmo tempo, eu avaliava ser muito importante ter uma experiência profissional, mas, naquele momento, sem abertura de concurso público no Estado de São Paulo, assumir aulas em Presidente Prudente era algo muito difícil. Me lembro que era um processo até bastante desgastante, porque a gente se formava e queria, de alguma forma, trabalhar. Havia um processo seletivo no estado de São Paulo que ocorria na então chamada Delegacia de Ensino. Todas as sextas-feiras os professores iam na atribuição e aqueles que tinham uma espécie de banco de pontos ou uma pontuação maior, conseguiam algumas aulas, na maioria das vezes eventuais, cobrindo uma licença... Enfim, era muito desgastante. Aqueles que não conseguiam entrar na sala de aula, obviamente, não acumulavam aqueles pontos e também não conseguiam aulas. Inúmeras vezes íamos para aqueles processos de atribuição de aulas e voltávamos sem conseguir sequer uma aula. Foi nesse contexto, pautado por essas dificuldades de inserção no mercado de trabalho dentro da área que eu tinha me graduado, que eu comecei pensar na possibilidade de prestar concurso público no Ensino Superior, até porque, naquela época, não havia uma exigência de titulação. E, como não havia essa exigência, com o mestrado em andamento, eu prestei o primeiro concurso público e iniciei minha vida profissional como professora, então chamada, Auxiliar de Ensino Nível I, porque ainda que eu estivesse cursando o mestrado, ainda era só graduada, ou seja, não tinha título de Mestre. Assim, eu assumi esse concurso público na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, de cujo Campus foi criada a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) naquele programa de expansão das Universidades Federais em 2005. Ou seja, a UFGD foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que tinha um campus aqui em Dourados, onde eu trabalhava. Na verdade, eu trabalhei durante treze anos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul até ser criada a UFGD. Bom, e aqui eu nem preciso registrar que o desafio de trabalhar na Universidade na era Collor, com 24 anos de idade e com o mestrado em andamento foi grande.

Além das muitas aulas que na época eu tinha que ministrar, porque o quadro de professores era muito restrito, era muito pequeno (eu me lembro que dava aula todos os dias da semana), foram inúmeras as viagens

que eu precisei fazer para Presidente Prudente, de 1992 a 1994, quando concluí o mestrado. Como meu mestrado estava em andamento e a minha área de pesquisa era em Presidente Prudente, eu tinha que me deslocar frequentemente para lá. Foi um momento bastante difícil do ponto de vista de conciliar todas as atividades porque, até então, eu era apenas estudante. Passei a ter que conciliar a vida profissional com uma área de pesquisa em outra cidade. Mas enfim, terminei o mestrado em 1994, cerca de um ano e meio depois de vir morar aqui em Dourados.

No ano de 1995, eu me lembro que assumi a coordenação do curso de graduação. A gente se titulava e recebia como prêmio assumir um cargo administrativo, porque eram poucos os professores e aqueles que se titulavam precisavam se dedicar mais a essas atividades para que os outros pudessem se titular. No ano de 1996 eu prestei o processo seletivo e fui aprovada no programa de doutorado, iniciei nesse mesmo ano os créditos em disciplinas também na UNESP, já tomando como objeto de estudo, como objeto de análise, Dourados. Na pesquisa de doutorado, busquei compreender de que forma o direcionamento da política urbana Federal, principalmente de meados da década de 1960, interferiu no papel que desempenhava o poder público local no que diz respeito à produção habitacional, via BNH.

Tomei como recorte temporal a década de 1970, um contexto marcado por mudanças bastante significativas nas relações de trabalho e de produção do campo, até porque a região de Dourados passava por um processo de mecanização da agricultura com a introdução, naquele momento, da monocultura da soja e do binômio soja-trigo. Foi esse cenário que acabou sendo pano de fundo pra minha discussão. Para tal, eu utilizei como principais referências Henri Lefebvre, Milton Santos, David Harvey, Manuel Castells, dentre outros autores.

Em 2008 eu passo a fazer parte da ReCiMe e as preocupações se voltam para a temática das cidades médias, principalmente a partir da análise de Dourados, que é minha principal referência empírica, vamos dizer assim, de estudos. Em 2010 eu fiz um estágio de pós-doutoramento na UFRJ sob a supervisão do professor Roberto Lobato. Naquele momento, eu parto para uma abordagem voltada para o estudo da rede urbana regional.

No que se refere ao ensino, tanto na UFMS, que eu trabalhei durante treze anos, quanto na UFGD, além de orientar trabalhos de conclusão de curso, monografia, monitoria e extensão universitária, também sempre trabalhei com a disciplina de Geografia Urbana. Ainda que, ao longo do tempo, eu tenha ministrado, e ainda ministro, outras disciplinas como Regionalização do Espaço Mundial, Geografia da População, Geografia Regional, Planejamento, enfim. E aqui tem um aspecto que eu acho bacana também destacar e que se deu a partir do desdobramento da minha participação na ReCiMe: como uma forma de ampliar a discussão sobre a temática das cidades médias (e isso se deu também em um contexto em que eu acabei coordenando um PROCAD-Casadinho), propus na grade curricular do curso de graduação a disciplina eletiva *Urbanização e Cidades Médias*, uma disciplina que eu ministro desde 2016.

Também tenho mantido, regularmente, atividade de grupo de estudos, integrando os alunos da graduação, de Iniciação Científica, do mestrado, do doutorado, ligados ao laboratório que eu coordeno, o Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários, denominado LEUA. E, por último, nessa parte inicial, eu quero destacar uma experiência que eu avalio também bastante importante, que se deu a partir da minha condição de tutora no grupo PET. Em 2008, com a parceria de alguns colegas do curso, eu submeti uma proposta, tive um projeto aprovado junto ao SESU-MEC e assumi a tutoria do PET-Geografia da UFGD de 2009 até 2015. Essa experiência me possibilitou desenvolver diversas atividades acadêmicas que integravam ensino, pesquisa e extensão. Também estreitou o diálogo com o curso de Graduação em Geografia, com os alunos do programa de pós-graduação, porque os alunos da pós, sobretudo os meus orientandos, eram sempre muito presentes nas atividades do PET, os bolsistas de iniciação científica... Enfim, foi uma experiência que possibilitou atividades bastante integradoras do ponto de vista da minha relação com o curso, tanto da graduação quanto da pós-graduação. Acho que é isso que eu gostaria de registrar nesta primeira explanação da minha trajetória.

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA): Identificamos a quantidade significativa da sua experiência na coordenação de diversos projetos de pesquisa, mas eu queria que a senhora falasse sobre aquela pesquisa que de alguma forma marcou, aquela que sempre que se fala na professora Maria José, essa experiência é colocada.

Prof.^a Maria José: Bom, eu acho difícil falar da principal pesquisa, porque eu acredito que cada uma delas tem a sua importância para o nosso amadurecimento como pesquisador, nas diferentes etapas da nossa trajetória. Mas, antes até de colocar ou de pontuar algumas pesquisas que, sem dúvida, foram bastante importantes, eu queria abrir uma espécie de parêntese, Virgínia, para destacar ou tratar um pouco mais de onde eu falo. Até porque, eu avalio ser importante fazer esse panorama sobre a realidade local. Bom, eu falo a partir de Dourados que é uma cidade na qual eu resido e que venho desenvolvendo as minhas pesquisas. Dourados é, como vocês já sabem, uma cidade média que exerce uma importante função regional na porção Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo, inclusive, a segunda maior cidade do estado em contingente populacional. Quando pensamos em termos de inserção regional, Dourados também se destaca pela oferta de comércio e serviços, principalmente a oferta de serviços ligados à saúde e ao Ensino Superior. Conta com cinco instituições de Ensino Superior, sendo duas públicas: uma Universidade Federal, a UFGD; e outra, uma Universidade Estadual que tem sede também em Dourados, a UEMS. E, apenas para dimensionarmos um aspecto dessa condição regional de Dourados, é importante destacar que esse centro urbano é o principal de uma região que, num raio de aproximadamente 150 quilômetros, concentra cerca de 38 municípios.

Além de exercer esse importante papel regional, Dourados se liga a escalas bem mais amplas, sobretudo alicerçadas no chamado agronegócio. Essa condição se consolidou no decorrer do tempo, sendo impulsionada, inclusive, por políticas públicas de desenvolvimento, que fizeram com que Dourados assumisse a condição de centro urbano regional, principalmente a partir dos anos 1970, com a introdução de um modelo produtivo baseado no uso intensivo de tecnologia, insumo industrial, inicialmente voltado, como eu disse anteriormente, para a cultura da soja, consorciada com o trigo. A partir da década de 1970, a região de Dourados passou a receber muitos investimentos e incentivos governamentais, por meio de alguns programas como, por exemplo, o Polo Centro, o Prodegran, o Prodoeste. Enfim, foram vários os programas governamentais que acabaram tomando essa região como objeto de atuação. E esse processo, que faz de Dourados um importante centro urbano regional, certamente não se dá sem as suas contradições.

Podemos dizer que a própria política de concentração de terras advinda da economia agroexportadora leva, por exemplo, à expropriação dos povos

indígenas. A consolidação desse modelo baseado no monocultivo impacta não somente as relações de trabalho e de produção no campo, mas também transforma, também desestrutura, vamos dizer assim, as antigas relações. Esse é o caso dos povos originários aqui no Mato Grosso do Sul. Quando consideramos a escala do intraurbano, essas contradições também vão se expressar de forma muito significativa por meio, por exemplo, do avanço do capital imobiliário, do aumento do preço da terra urbana... Essa realidade vai impor dificuldades no acesso à moradia e levar ao surgimento de áreas de ocupação no interior da cidade. No último levantamento realizado aqui em Dourados, a cidade possuía mais de 30 áreas de ocupação chamadas “irregulares”. Isso se reforça porque Dourados tem um dos preços do metro quadrado da terra urbana mais caro do estado de Mato Grosso do Sul, superando, inclusive, óbvio que proporcionalmente, os preços da capital do estado, Campo Grande. Então, ao mesmo tempo que se deu um processo que possibilitou a integração da região à economia nacional ou mesmo à economia mundial, vem revelando dinâmicas muito contraditórias, marcando conflitos de diferentes ordens e de diferentes naturezas, seja no espaço regional, seja no espaço intraurbano. Feita essa explanação mais geral sobre Dourados, e voltando à questão da pesquisa mais importante, como eu disse no início, acho difícil apontar. Se eu pensar de um ponto de vista mais processual, vou dizer que a Iniciação Científica foi fundamental em minha vida acadêmica, porque foi a experiência na Iniciação Científica que despertou o interesse pela pesquisa científica, o que me motivou a dar continuidade aos meus estudos, a dar continuidade às minhas pesquisas.

Da mesma forma, eu também acho importante destacar a tese de doutoramento, até pelo fato de que a tese trouxe a possibilidade de oferecer uma contribuição no avanço do conhecimento, sobretudo se considerarmos que naquele momento que eu fiz a tese, a pesquisa acadêmica ainda ocorria de forma muito pontual e a cidade de Dourados praticamente ainda não tinha sido tomada como objeto de estudo naquele contexto. Na década de 1990, ainda vivíamos um contexto marcado pela carência da pesquisa científica em Mato Grosso do Sul e, desse modo, a tese permitiu contribuir com o processo de construção do conhecimento por meio do estudo de uma cidade do interior do estado.

Posteriormente, foi fundamental na minha carreira a oportunidade de pesquisa que se fortaleceu com a minha entrada na ReCiMe, em 2008,

quando começo a fazer parte da rede. Essa experiência de fazer parte de uma rede de pesquisa me possibilitou não só integrar a equipe, mas também coordenar alguns projetos que avalio importantes, financiados, por exemplo, pelo CNPq. Esse foi o caso do programa de cooperação acadêmica institucional, chamado PROCAD-Casadinho, que formalizou uma rede de cooperação entre o programa de pós-graduação da UFGD, onde eu atuo, e os programas de pós-graduação da UFRJ, representado pelo professor Willian Ribeiro, e da UNESP de Presidente Prudente, representado pela professora Maria Encarnação Sposito. Esse projeto de cooperação institucional, assim como os outros dois que antecederam a ele, um coordenado pela professora Denise Elias e o outro coordenado pela professora Doralice Sátyro Maia, possibilitou a troca de experiências entre os pesquisadores ligados a ReCiMe e ampliou a pesquisa, o debate e a reflexão sobre as cidades médias. Então, foram projetos extremamente importantes.

Atualmente, coordeno um projeto financiado pelo CNPq, ligado ao Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais, em que procuramos analisar os novos vetores da produção do espaço em cinco cidades médias brasileiras, uma em cada região do país. Inclusive, a professora Doralice, que está aqui nos assistindo, também faz parte da equipe desse projeto. Bom, além desse projeto que coordeno, eu faço parte da equipe de mais dois projetos: um deles mais ligado diretamente à ReCiMe, denominado Urbanização Contemporânea, Restruturação e Desigualdades Socioespaciais, financiado pelo CNPq e pela fundação do Estado da Paraíba e que é coordenado pela professora Doralice e, outro, denominado Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira (FRAGURB), esse financiado pela FAPESP e coordenado pela professora Maria Encarnação. Envolve o estudo de nove cidades médias e busca analisar o processo que alguns autores têm chamado de fragmentação socioespacial. Acho que em termos de projetos de pesquisa, Virgínia, são esses e, cada um deles, em diferentes momentos, foram importantes para minha formação como pesquisadora, para a possibilidade de diálogo e de interlocução com outros pesquisadores.

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Professora, de certa forma, são duas questões que eu tenho para colocar que a senhora já teceu alguns comentários. A primeira delas é: Qual a importância da discussão da cidade média e principalmente um debate sobre a cidade média numa região como a senhora já demonstrou, fortemente ligada ao agronegócio,

e também num estado que é o Mato Grosso do Sul, um estado que faz fronteira com outros países? Uma segunda questão seria do ponto de vista metodológico. A senhora teria desenvolvido alguma metodologia para o estudo da cidade média?

Prof.^a Maria José: Bom, penso que, considerando o papel das cidades médias, é importante reforçar que, ainda que no Brasil o processo de urbanização se constitua a partir de formações socioespaciais, como chama o professor Milton Santos, ou heranças socioespaciais bastante diversas, o que certamente vai resultar numa configuração espacial muito diferenciada, durante muito tempo os estudos urbanos estiveram centrados na realidade metropolitana. Obviamente que isso também não se deu sem motivo, pois além das metrópoles apresentarem um grau de complexidade maior do ponto de vista funcional, do ponto de vista social, econômico, espacial, foi nos grandes centros que, durante um bom tempo, se concentraram as instituições de ensino e as instituições de pesquisa. Essa realidade, obviamente, vai se reverberar no fato desses locais, dessas regiões metropolitanas, serem tomadas como objeto de pesquisa.

É importante considerarmos também que a diversidade da urbanização brasileira traz a necessidade de novos instrumentos teóricos-metodológicos para sua própria compreensão. O que também reforça a importância dos estudos empíricos. A própria fluidez do território (para recuperar outra expressão do Milton Santos e da Maria Laura Silveira) vai produzir maior articulação na rede urbana em função da diferenciação e, por decorrência, da complementaridade entre os centros urbanos que compõem essas redes. Então, no meu ponto de vista, os estudos sobre as cidades médias, além de ampliarem o debate sobre os conteúdos do processo de urbanização, vão possibilitar, de certa forma, deslocar a análise, e deslocar, no sentido de fazer com que uma análise que durante muito tempo ficou centrada na metrópole ou nas regiões metropolitanas passasse a abordar outros centros urbanos. Isso, certamente, vai ampliar o escopo analítico, contribuindo para revelar a complexidade da urbanização brasileira, que não se dá e nem se explica apenas a partir da realidade metropolitana. Até pelo fato de estabelecer articulações em diferentes escalas, em muitos casos, as cidades médias tornam-se estratégicas na rede urbana e, aqui, já vou pontuando a realidade de Dourados. Dourados é uma cidade média que além do importante papel regional se articula com escalas mais abrangentes pautadas,

alicerçadas, no agronegócio. Dourados tem um papel bastante estratégico na sua rede urbana. Se pensarmos em termos de síntese, mostra que o processo de urbanização também se revela em cidades de diferentes portes e importância, inclusive nas chamadas cidades pequenas, independente das posições que essas cidades ocupam nas redes urbanas das quais elas fazem parte. É nesse sentido que eu acredito que esse objeto de pesquisa contribui para a produção do conhecimento, à medida que busca uma melhor qualificação, uma melhor conceituação, dos centros urbanos não metropolitanos.

Quando a gente pensa mais especificamente na realidade de Dourados, além do seu papel urbano, regional e, além dessa articulação com outras escalas, a condição de fronteira abre uma especificidade, uma particularidade e, até, uma singularidade dessa cidade, o que, de certa forma, demanda muitos estudos, muitas pesquisas.

Quanto à questão que envolve a metodologia, é óbvio que dependendo do tipo de pesquisa que você realiza, você vai rever a metodologia, vai buscar outras metodologias. Mas, na verdade, temos nos baseado em uma metodologia que foi proposta pela própria ReCiMe e que foi aplicada nas diferentes cidades que eram objetos de pesquisa, que eram objetos de análise. Mas Dourados de fato traz essa particularidade, não apenas por ser uma das “cidades do agronegócio”. Eu até nem gosto dessa expressão “cidade do agronegócio”, porque eu penso que esse rótulo, de certa forma, esconde todas as outras contradições que estão colocadas, esconde, inclusive, a realidade indígena que é muito presente aqui no estado e que, de várias maneiras, acaba sendo negada ou invisibilizada. A presença dos indígenas na cidade é conflituosa, impactando a vivência desses povos. Temos uma reserva indígena muito próxima da área urbana. Anteriormente, estava a dois quilômetros da área urbana. Atualmente, está praticamente dentro da área urbana, considerando que o muro dos condomínios fechados (que aqui estão em uma área muito concentrada no interior da cidade) fazem divisa com a reserva indígena. Então, os muros dos condomínios formam uma espécie de barreira que bloqueia a passagem dos indígenas para a cidade.

Além dessas contradições, tem a colocada pela condição de fronteira, que também impacta, ainda que neste momento específico não seja possível falar desse impacto porque vivemos uma especificidade provocada

pela pandemia e o comércio paraguaio está fechado. Mas, em momentos anteriores, de certa forma, a proximidade com o Paraguai impactava o comércio em alguns ramos, como o setor de eletrodomésticos, de eletroeletrônicos etc. É muito comum as pessoas adquirirem esses produtos no Paraguai. Aliás, muito comum até adquirirem mercadorias e artigos de supermercado, que no país vizinho também acaba sendo muito mais em conta. Dourados traz essa especificidade, essa singularidade. Obviamente que nem todas as facetas dessa realidade local é possível pesquisar, porque é preciso ter fôlego, é preciso ter perna, é preciso ter muitos orientandos que estejam olhando para diferentes questões, mas são preocupações que a gente tem tentado, no decorrer desse processo, considerar.

Prof. Luiz Antônio: Você relatou que a Iniciação Científica de alguma forma teve um peso significativo na sua formação, foi um balizador importante para essa construção, para essa trajetória. Nesse sentido, o que você aconselharia hoje para nossos alunos que lhe escutam?

Prof.^a Maria José: Essa eu também acho uma questão difícil, principalmente se partirmos do pressuposto que todos nós, em diferentes momentos, estamos aprendendo constantemente. São tantas frentes de pesquisa que você olha e fala: *“Tem muita coisa ainda para pesquisar”* e, muitas vezes, alguém pode olhar de fora e dizer: *“Mas só estuda Dourados?”* Enfim, é bastante relativo e, apesar de achar difícil falar sobre essa questão colocada, temos que considerar que, diferentemente dos alunos de Iniciação Científica, graduação, ou mesmo aqueles que estão iniciando a pós-graduação, nós professores já trilhamos alguns caminhos. Nesse sentido, eu me arrisco a dizer que há um aspecto de ordem geral que, ainda que pareça bastante óbvio, é importante. E, esse aspecto está ligado ao fato de que pesquisar pressupõe envolvimento e compromisso, inclusive um compromisso ético. Porque não se trata apenas de um projeto de pesquisa, mas quando começamos a fazer uma pesquisa, isso se torna também o nosso projeto de vida e, mais que um projeto de vida, de diversas formas, também é um projeto que, às vezes, mexe com vidas, de diferentes maneiras, obviamente. Não fazemos pesquisa na área da saúde, por exemplo, mas também mexemos com vidas, mexemos com as aspirações, com os desejos das pessoas, dos nossos entrevistados, enfim. Então, é importante ter claro para quê, e para quem, fazemos pesquisa.

pesquisar pressupõe envolvimento e compromisso, inclusive um compromisso ético. Porque não se trata apenas de um projeto de pesquisa, mas quando começamos a fazer uma pesquisa, isso se torna também o nosso projeto de vida e, mais que um projeto de vida, de diversas formas, também é um projeto que, às vezes, mexe com vidas, de diferentes maneiras, obviamente. Não fazemos pesquisa na área da saúde, por exemplo, mas também mexemos com vidas, mexemos com as aspirações, com os desejos das pessoas, dos nossos entrevistados, enfim. Então, é importante ter claro para quem, e para quem, fazemos pesquisa.

Como também fazemos parte dessa realidade social, esse também é um processo de reconhecimento de nós mesmos, porque no processo de pesquisa nós também vamos nos reconhecendo, inclusive, nas nossas potencialidades, nas nossas limitações. Acredito que o sentido da pesquisa precisa estar presente. Da mesma forma, é fundamental vivenciar (e aqui, abro um parêntese para dizer que não é um conselho) cada etapa do processo. Ou seja, é preciso pavimentar as diferentes etapas desse caminho da melhor maneira

possível. Por que eu estou dizendo isso? Porque como professora, muitas vezes, vejo que os alunos, ainda nos anos iniciais do curso, sequer sabem o que é Geografia, mas já estão preocupados em fazer mestrado, em fazer doutorado. Quando eu cursava a minha graduação, a gente só ia começar a pensar em fazer mestrado, doutorado lá pelo terceiro ou quarto ano do curso. Atualmente, você pergunta para um aluno que está no primeiro ano da graduação quais são as suas expectativas, ele vai responder que é fazer mestrado, fazer doutorado e, muitas vezes, sem se preocupar em pavimentar esse caminho da melhor maneira possível. Obviamente que fazer mestrado e doutorado é muito importante, mas nós precisamos vivenciar da melhor forma possível as diferentes etapas desse processo. Isso inclui vivenciar com seriedade, com estudo, com pesquisa, com dedicação... Ou seja, o mestrado e o doutorado são um desdobramento desse nosso caminhar, e não algo que o antecede. Isso eu acho que é importante colocar para os alunos iniciantes.

Da mesma forma, quando a gente pensa no processo de sistematização da pesquisa, é importante ter claro, obviamente, o objeto, o que inclui o recorte. Inclusive, o recorte temporal é importante também. E por que é importante ter esse recorte tanto espacial como temporal? Porque tem a ver com a forma como nós vamos problematizar a questão, com a forma que vamos problematizar o nosso objeto. Da mesma maneira, é preciso ter claro os passos que precisam ser dados nesse processo. É óbvio que, no decorrer desse caminho, o percurso vai sendo refeito e, sem dúvida, muitas vezes é necessário refazer esse percurso. Mas, é muito importante ter um norte metodológico. Há ainda outro ponto, de ordem mais geral, mas que também é importante lembrar: Não existe objeto de pesquisa mais ou menos importante. Às vezes a gente ouve: “Ah, mas só vai estudar isso?”. Não podemos perder de vista que o entendimento da particularidade ou mesmo da singularidade de determinado objeto de pesquisa passa pela universalidade das relações sociais e aí, obviamente, passa por essa universalidade com todas as suas determinações, com todas as suas condicionantes e isso já pressupõe também um exercício de compreensão do método.

Quando eu penso nisso, eu gosto também de lembrar uma frase do professor Milton Santos no livro *Espaço e Método*⁴, quando coloca o seguinte: “Somente a relação que existe entre as coisas que vai nos permitir realmente conhecê-las ou mesmo definir essas coisas” Ele também diz o seguinte: “Fatos isolados não passam de abstrações, o que dá concretude aos fatos é a relação que eles vão manter entre si”. Aqui ele está chamando atenção para uma análise que considere o geral, o particular e o singular. Então, não quero e nem tenho condições de dar uma receita, mas quis reforçar alguns elementos ou pontos que são importantes no processo de pesquisa.

Antônio Jerfson Lins de Freitas (Editora SertãoCult): Só complementando essa questão da pesquisa e do mundo acadêmico... Tem uma inquietação que eu sempre gosto de trazer para os professores que participam deste projeto que é em relação à perda do espaço que a Ciência tem assistido nos últimos anos, principalmente. A que você acha que se deve isso, é falha nossa enquanto pesquisadores? Nós não temos ocupado os espaços de fala na sociedade e mostrado os resultados das nossas pesquisas de forma que a sociedade realmente compreenda o que está

4 SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

sendo feito na academia ou há algum outro motivo para isso? E como a gente pode reverter essa situação?

Prof.^a Maria José: É uma pergunta difícil. Bom, o atual cenário econômico, político e até sanitário que estamos vivendo, sem dúvidas tem colocado muitas dificuldades e muitos desafios para nós pesquisadores. Talvez, a primeira dificuldade, de ordem mais abrangente ou mais geral, esteja ligada ao próprio papel da pesquisa científica no país, principalmente nos últimos tempos, em que percebemos, como você mesmo disse, uma tentativa de desqualificação da ciência, de desqualificação do próprio conhecimento científico. O que, certamente, já impõe uma grande dificuldade, um grande desafio para qualquer campo de atuação. Mas, o nosso caso específico, historicamente, convivemos com um pensamento, de certa forma, bastante pragmático, que vê as Ciências Humanas como menos importantes ou menos científicas. Isso vai reforçar uma certa hierarquia entre as diferentes áreas do conhecimento e, nessa hierarquização, as Ciências Humanas parecem ser menos importantes, ficam em último plano.

Ainda que sejam fundamentais o intercâmbio de conhecimento, a interlocução teórico-metodológica e, para tal, é imprescindível o fortalecimento de grupos de estudos e redes de pesquisa, contraditoriamente tem havido um processo de desvalorização da pesquisa, impactando a troca, o diálogo, a reflexão. E isso vai se revelando na ausência de financiamento para a pesquisa coletiva, para eventos, que têm sido momentos de troca, de reflexão. Da mesma forma, nós também estamos submetidos ao que alguns autores chamam de tempo rápido, esse imediatismo que impõe um ritmo marcado pela quantificação, pela quantidade em detrimento da qualidade. O que prejudica o embasamento teórico, a construção de caminhos metodológicos ou mesmo de propostas analíticas. Esse quadro já contribui para ampliar as dificuldades, os desafios no nosso próprio campo de atuação. E você coloca as possibilidades que podem ser desbravadas, o que resta pra gente fazer, não é? Certamente, nesse cenário de agora em diante, nós seremos desafiados em diversos sentidos. Eu, por exemplo, estou na universidade como professora há 28 anos e já vivi momentos de desafios, momentos de muitos aprendizados também, mas este momento, no meu ponto de vista, coloca uma especificidade. Por que eu falo isso? Porque esta crise que estamos vivenciando hoje parece que não se reduz mais às dimensões social, política, econômica e agora também sanitária,

mas essa crise assume uma dimensão ideológica e simbólica muito significativa. Também é uma crise que está mexendo com a nossa capacidade de acreditar e de buscar outras possibilidades. Uma crise que tem tentado, como diria o Lefebvre: “Enclausurar as nossas utopias” e isso certamente vai exigir de nós uma dose de criatividade porque, apesar de toda a importância dos projetos coletivos, temos vivenciado um processo de desconstrução do sentido da pesquisa, um processo de sucateamento que vai se dando nos diversos níveis, inclusive, por meio da redução de recursos. O corte de recursos e de financiamento este ano foi muito significativo para os programas de pós-graduação. Mas eu gosto de lembrar uma fase do professor Milton Santos quando diz o seguinte: “A mesma materialidade utilizada para construir o mundo confuso e até perverso, também pode vir a ser a condição da construção de um mundo mais humano” Como muitos estudiosos têm dito, esse momento de distopia também pode apontar para a emergência de outras utopias. E eu penso que precisamos, neste contexto, ser criativos. Vai precisar, vai exigir uma dose grande de criatividade para enfrentarmos este cenário que já está se delineando, mas que tende a se tornar ainda mais complexo. Óbvio que uma receita não temos, mas nós também já vivemos momentos bastante difíceis nas universidades: Era Col- lor, Era Fernando Henrique, e sobrevivemos. Então, eu acredito que também vamos sobreviver a essa Era Bolsonaro. Eu ainda quero acreditar nisso, porque, caso contrário, perdemos o sentido da busca e, se perdermos o sentido da busca, fica difícil continuar.

Antônia Helaine Veras Rodrigues (Doutoranda em Geografia - UFC): Você realizou um estudo onde analisa as políticas públicas de desenvolvimento regional dos anos 1970, tendo como base o BNH. Então, como você analisa isso em relação ao programa Minha Casa Minha Vida? Como você vê o cenário para o mercado imobiliário atual nas cidades médias e até mesmo nas cidades pequenas do Brasil?

Como muitos estudiosos têm dito, esse momento de distopia também pode apontar para a emergência de outras utopias. E eu penso que precisamos, neste contexto, ser criativos. Vai precisar, vai exigir uma dose grande de criatividade para enfrentarmos este cenário que já está se delineando, mas que tende a se tornar ainda mais complexo.

Prof.^a Maria José: Como eu disse: as políticas públicas, o papel do poder público faz parte das minhas preocupações desde a Iniciação Científica. Mas, a partir da tese de doutorado, a política habitacional vai se tornar o meu foco mais próximo de pesquisa e de análise e essa preocupação ainda me acompanha porque, atualmente, eu tenho um projeto sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, financiado pelo CNPq. Então, agradeço a pergunta, pois me permite fazer algumas considerações sobre o assunto. Quando eu penso no BNH e olho o Programa Minha Casa Minha Vida, óbvio que são políticas públicas em contextos espaço-temporais diferenciados, com suas especificidades até porque o programa MCMV, num curto período de tempo, supera e muito a produção habitacional do BNH. Contudo, ambos impactaram de forma muito direta as cidades brasileiras e, consequentemente, o mercado imobiliário e os agentes envolvidos nesse processo, incluindo os proprietários fundiários, os agentes financeiros que, principalmente agora, com o PMCMV, assumem grande protagonismo. Mas eu queria pensar um pouco a partir da forma que essas duas políticas habitacionais têm impactado as cidades.

O BNH tem um processo muito significativo de construção de moradias (e na minha tese estudo um pouco essa questão) e define e reforça a relação centro-periferia. Eu vou falar muito a partir de Dourados, mas da mesma forma, a partir de outras cidades médias que também tenho observado. O BNH, quando é implantado, ou quando as suas unidades habitacionais passam a ser implantadas, começou a redefinir a periferia dessas cidades e, consequentemente, a relação centro-periferia se reforça. Óbvio que depois passou por um processo bastante significativo de mudança, de transformações espaciais, e hoje, quando você olha as unidades habitacionais do BNH, elas já estão completamente incorporadas ao tecido urbano.

Tenho observado que o PMCMV tem impactado a periferia de outra forma, porque se considerarmos boa parte das cidades médias brasileiras que estão sendo estudadas no interior da ReCiMe, ou mesmo de outros projetos como o caso do FragUrb, essa periferia tem se tornado plural. Até então, a periferia era, de forma geral, local de residência dos pobres, vamos dizer assim, no sentido simples. Hoje você já vê uma periferia “rica” também, e, obviamente, o PMCMV tem contribuído para ampliar essa chamada periferia “pobre” nas cidades médias brasileiras. Principalmente quando você considera os conjuntos habitacionais implantados por intermédio da faixa

1 do Programa, observa-se que estão localizados nas áreas mais distantes das áreas centrais, nas áreas mais periféricas, no sentido geométrico mesmo, e totalmente desprovidas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. Aqui em Dourados nós temos uma produção habitacional via PMCMV - faixa 1 que se concentra na porção sul da cidade e se contrapõe a uma produção habitacional voltada para um segmento de maior poder aquisitivo, que se dá por meio dos loteamentos fechados, na porção norte da cidade. Então, demarca uma produção espacial muito delimitada, muito clara, onde, de um lado, na porção sul, estão os empreendimentos do PMCMV faixa 1 e, de outro, na porção norte, estão os loteamentos fechados voltados para uma população de maior poder aquisitivo.

Na verdade, se pensarmos em termos da produção habitacional do BNH e do PMCMV, se tentarmos fazer um paralelo entre ambas as políticas e, sem dúvidas, não estou entrando na questão da importância da produção da habitação, porque acho que os dois programas foram muito importantes no sentido da produção da habitação. No entanto, os impactos socioespaciais decorrentes da forma como esses programas foram implantados foram muito significativos nas cidades e configuraram um tecido urbano, os dois programas, em diferentes momentos, marcado pelo distanciamento, pelas relações indiretas e até acentuando e tornando complexa a produção da cidade, tanto no sentido centro-periferia como no sentido de uma possível “superação” da lógica centro-periférica, apontando para processos que alguns autores tem chamado de fragmentação socioespacial, que é um processo que, por meio de outro projeto, temos começado a pesquisar. Em linhas gerais, acredito que eram, mais ou menos, essas questões que julgo importantes pontuar quando consideramos as políticas habitacionais, tanto a do BNH, quanto a do PMCMV.

Prof. Luiz Antônio: É interessante porque a professora Maria José traz um estudo de uma cidade média do Centro-Oeste que, apesar da generalidade dos processos, das dinâmicas, há especificidade em que em dado momento se constitui pela própria formação do estado, da fronteira agrícola que se estabeleceu. Seria muito interessante se a professora pudesse falar um pouco pra gente dessa densidade dos fluxos que ocorrem em uma cidade média do Centro-Oeste.

Prof.^a Maria José: Bom, além dessa dinâmica que é impulsionada pelo agronegócio, como você destacou, e que articula Dourados a escalas mais amplas ou a escalas mais abrangentes, não podemos negar também os fluxos que asseguram essa condição de cidade média a Dourados, fluxos que se dão a partir do comércio e dos serviços. Principalmente, o comércio e os serviços ligados à saúde – no caso, os serviços médicos – e ao Ensino Superior. Dourados, até pela condição regional, concentra cinco instituições de Ensino Superior, óbvio que nem todas são universidades, mas há duas Universidades Públicas (uma estadual e uma federal) e o que congrega, juntamente com as instituições particulares, cerca de noventa cursos superiores, gerando fluxos de diferentes naturezas: dos alunos que vêm dos municípios vizinhos, é muito comum aquele deslocamento pendular, daqueles que vêm pela manhã e voltam no final da tarde, ou daqueles que vêm à noite no ônibus dos estudantes e voltam à noite mesmo. Isso também desencadeia um impacto no espaço intraurbano.

Nesse processo, não podemos deixar de mencionar o que significou o projeto de implantação da UFGD na cidade. A UFGD também impacta muito significativamente não só pelo seu orçamento, mas também pela atração de estudantes. Tínhamos anteriormente um campus da UFMS que ofertava doze cursos de graduação. No momento que vim trabalhar aqui, acredito que tínhamos seis ou oito cursos de graduação. Depois, quando foi criada a UFGD, passamos para mais de trinta cursos de graduação só na UFGD, além dos programas de mestrado, que eu acho que são cerca de vinte e dois, e dos programas de doutorado que, se eu não me engano, são onze. Isso já traz um dinamismo para a cidade que é bastante significativo, impactando o comércio e outros serviços. Traz, inclusive, a presença dos loteamentos fechados que, aqui em Dourados, é um “fenômeno” relativamente recente, iniciando no ano de 2007/2008. A partir daí, foram implantados cerca de doze loteamentos ou condomínios fechados no interior da cidade. Como nem todos são necessariamente condomínios ou funcionam sob o sistema de condomínio, eu julgo mais adequado usar o termo loteamento. Desses doze loteamentos, pelo menos dez estão concentrados na mesma porção da cidade, demarcando uma área diferenciada em termos de moradia voltada para um segmento de poder aquisitivo mais elevado. Essa realidade, se relaciona com o papel que Dourados passa a exercer mais recentemente em função do projeto da UFGD e, também, em

função da implantação das usinas sucroalcooleiras na região. Ou seja, essa realidade vai impactar na produção do espaço, vai interferir, inclusive, na reestruturação do aeroporto da cidade, porque o fluxo de voos passa a ser muito maior. Observa-se que todas essas relações vão ser desencadeadas a partir desse projeto de ampliação do Ensino Superior.

Da mesma forma, Dourados é uma referência regional em termos de equipamentos de saúde, tanto hospitais quanto clínicas médicas. Há outro ponto que também é importante colocar: ainda que Dourados seja uma referência em termos de saúde, uma referência regional, o destaque é para a saúde privada. Porque a saúde pública é extremamente complicada. Ao mesmo tempo em que essas relações vão trazendo condicionantes, que vão possibilitando, como eu disse, uma produção habitacional voltada para determinado segmento social de uma forma muito concentrada, vamos presenciando o processo de ampliação das desigualdades.

Se pensarmos do ponto de vista mais processual, foi na década de 1970, quando Dourados começa a despontar como polo econômico, que desencadeia a ampliação das desigualdades no interior da cidade. É o momento que começa, por exemplo, a surgir as áreas de ocupação. Os primeiros registros dessas áreas no interior da cidade se dão justamente no momento em que Dourados começa a despontar, regionalmente e no cenário nacional, do ponto de vista econômico. Todas essas contradições vão dando uma conformação ao tecido urbano local, marcado por relações bastante complexas, e abrindo várias perspectivas de análise, perspectivas de pesquisa da problemática urbana e regional. Não sei se eu respondi, mas tentei pontuar elementos ou questões que acredito que devemos considerar quando pensamos nesse tipo de pergunta que você fez.

Maria do Carmo Alves (Geógrafa): Quais as principais mudanças que você percebe no âmbito empírico e teórico para a compreensão das transformações urbanas?

Prof.^a Maria José: É uma pergunta bastante complexa e abre várias perspectivas de abordagem. Eu vou fazer algumas considerações, principalmente quando você fala na questão do método, até porque eu acredito que todo método tem os seus limites e suas possibilidades e, às vezes, nossas próprias limitações no entendimento ou na apreensão das novas dinâmicas de produção do espaço têm levado a leituras menos cui-

dadas, daí, por exemplo, o perigo em transpor algumas teorias ou mesmo alguns conceitos. Porque nem tudo que serve para explicar determinada realidade socioespacial servirá para outra. Algumas matrizes teóricas muitas vezes não cabem para explicar formações socioespaciais bastante distintas, vamos dizer assim. Conforme colocam vários autores, o próprio papel do meio técnico científico informacional, a ampliação do consumo, ou mesmo os novos hábitos que hoje, de forma geral, a sociedade adquire, têm redefinido não só o próprio tecido urbano como também os pares cidade/urbano, centro/periferia ou mesmo quando pensamos na relação centro-centralidade. Isso vai apontar, muitas vezes, para a necessidade de repensar os próprios conceitos ou repensar as questões sob outras perspectivas. A professora Maria Encarnação Sposito vai dizer, quando discute o conceito de segregação, que o conceito pode até ter conteúdos diferentes, dependendo da formação socioespacial, que são distintas, mas não podemos negar os princípios que fundamentaram determinados conceitos no plano teórico. Então, não se trata de imprimir uma visão particular ou mudar o conceito, mas de repensá-lo a partir de outras perspectivas teórico-metodológicas. Já que eu toquei no conceito de segregação, é importante pontuar que nem todos os processos, que têm marcado as diferenças no interior das cidades se constituem em segregação, porque a segregação se constitui quando essas desigualdades vão assumir um grau de aprofundamento que vai impossibilitar que as próprias diferenças estabeleçam diálogo. Temos hoje em andamento processos diferentes dos que ocorreram em momentos anteriores. Eu até mencionei a própria mudança

é importante pontuar que nem todos os processos, que têm marcado as diferenças no interior das cidades se constituem em segregação, porque a segregação se constitui quando essas desigualdades vão assumir um grau de aprofundamento que vai impossibilitar que as próprias diferenças estabeleçam diálogo.

na relação centro-periferia, que hoje se complexifica, mas temos, principalmente com a presença do meio técnico-científico-informacional, uma mudança de hábitos, mudança de costumes. O consumo assume outras características, também reconfigurando o tecido urbano e fazendo com que tenhamos que repensar os conceitos à luz dessa nova realidade. Acho que é mais ou menos

isso. Como eu disse: as possibilidades de pesquisa são muitas, apenas tentei considerar alguns pontos.

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN): Primeiro eu queria parabenizá-la pelas colocações, foram muitos aprendizados. Gostaria de saber como as cidades médias e pequenas no Centro-Oeste sobrevivem, qual a dinâmica delas? Há uma dependência de recursos via emendas parlamentares e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que normalmente sustenta os pequenos municípios no Nordeste do Brasil?

Prof.^a Maria José: Acho pertinente essa pergunta, Rita, até porque é importante marcar, referenciar algo que já foi colocado pela professora Maria Laura Silveira, que as cidades médias não são objeto de estudo ou objeto de pesquisa em si, mas elas precisam ser analisadas, precisam ser pensadas, em suas articulações, considerando as interações espaciais com o conjunto da rede urbana. Para compreendermos essa dinâmica urbana regional é impossível falar das cidades médias sem considerar essas interações que estabelecem com as cidades do mesmo porte, de maior porte ou mesmo de menor importância, como é o caso das chamadas cidades pequenas. E, entre as cidades pequenas e as cidades médias, falando um pouco dessa relação a partir de Dourados, se estabelece uma relação que apresenta uma diferença, mas que também se traduz, dialeticamente, em uma complementaridade. Porque uma das questões que eu acho importante considerar é que a condição de cidade média se constitui muitas vezes em detrimento das cidades pequenas.

é impossível falar das cidades médias sem considerar essas interações que estabelecem com as cidades do mesmo porte, de maior porte ou mesmo de menor importância, como é o caso das chamadas cidades pequenas. E, entre as cidades pequenas e as cidades médias, falando um pouco dessa relação a partir de Dourados, se estabelece uma relação que apresenta uma diferença, mas que também se traduz, dialeticamente, em uma complementaridade. Porque uma das questões que eu acho importante considerar é que a condição de cidade média se constitui muitas vezes em detrimento das cidades pequenas.

Em Dourados, por exemplo, podemos considerar a presença do próprio shopping center que, sem a demanda do entorno, das cidades pequenas da região, dos cerca de 38 municípios que num raio de 150 quilômetros estão de certa forma ligados e têm Dourados como principal cidade de referência, não se sustentaria. É óbvio que isso vai impactando na economia dessas cidades, nós temos cidades pequenas aqui na região que a economia do agronegócio é forte e também tem uma certa dinâmica que se dá em função disso, ainda que, para grande parte dos serviços, Dourados seja referência. Tem uma cidade próxima chamada Maracaju, muito menor que Dourados e que pertence à sua rede urbana, mas é um município cuja presença do agronegócio é muito significativa. Então, a cidade acaba sendo impactada por essa presença, por essa economia do agronegócio, ainda que, por exemplo, grande parte dos serviços que necessita são procurados em Dourados. Quando o produtor rural de Maracaju vai comprar um daqueles equipamentos ou implementos agrícolas para uso na sua propriedade, ele não vai, por exemplo, para Campo Grande, e em Maracaju não há esse tipo de comércio, então ele procura em Dourados. Da mesma forma, a própria qualificação da mão de obra se dá em Dourados, que é onde está concentrada a pesquisa científica voltada para o ramo, é onde estão concentradas as grandes marcas do agronegócio, gerando um impacto. Ou seja, há algumas cidades pequenas que têm uma economia centrada no agronegócio que têm uma dinâmica um pouco diferenciada. Mas também temos cidades pequenas que são heranças do processo colonizador.

Eu ainda não me referi, mas a região de Dourados foi objeto de um projeto de colonização com a implantação da chamada Colônia Agrícola Nacional de Dourados, na década de 1940. Talvez seja uma das regiões do estado do Mato Grosso do Sul que ainda seja marcada pela presença de propriedades menores que, na verdade, é uma herança desse processo colonizador. Parte das cidades, como Fátima do Sul, que surge em função da colônia agrícola, tem uma dinâmica muito diferente, por exemplo, de Maracaju. Não possui uma economia que possa gerar serviços e tem uma certa dependência com relação a Dourados. Porém, ao mesmo tempo que há essa relação de dependência, há uma relação de complementariedade, porque Dourados não teria essa condição regional que tem se não fosse o conjunto de cidades pequenas do seu entorno. Devemos considerar que os maiores grupos econômicos, ainda que se instalem nas cidades médias,

dependem também das demandas das cidades pequenas. E, na rede urbana de Dourados, essa dinâmica fica bastante evidente. Temos, por exemplo, Assaí e Atacadão. Fora da capital, Campo Grande, esses atacadistas só estão aqui em Dourados. Todo o entorno regional, que precisa consumir por atacado nesse segmento, procura Dourados para esse tipo de comércio. O que vai, de certa forma, contribuindo para que a economia dessas cidades, principalmente em relação a comércio e serviços, seja fortemente impactada. Eu não tenho muitos dados empíricos dessas cidades para te dizer em termos do PIB⁵, em termos de relações mais específicas, mas o que se observa a partir do estudo de Dourados, são essas relações.

Prof.^a Doralice Sátyro Maia (UFPB): Mais uma vez eu quero parabenizar a Virgínia e todo o grupo por essa iniciativa e pela oportunidade. Bom, mas a minha questão é muito mais no sentido da gente pensar mesmo, é colocar para pensar junto em função de duas coisas: do que você discutiu sobre segregação, e eu conheço um pouco da discussão que você faz a partir da Sposito, inclusive, recentemente eu li seu texto, conheço a compreensão de segregação e que é coerente com o que você falou, parece que se coloca um conjunto de cidades como se elas fossem homogêneas e é aí que eu entro exatamente no sentido da gente ter um conjunto de cidades que têm similaridades, mas elas também têm singularidades. O caso de Dourados, para mim, é singular em função do que você já mencionou: a questão indígena, que talvez se aproxime um pouco mais de algumas cidades do Norte, mas não exatamente igual, mas diferente até porque o Mato Grosso do Sul é bem diferente do Amazonas. E aí eu acho que, nesse sentido, a segregação ao mesmo tempo não se reforçaria, ou seja, embora a cidade se expanda e o tecido não esteja mais fragmentado, não havendo mais uma distância separando uma área urbanizada e a outra nova, se essa segregação se acirra pela não aceitação, digamos, dos povos indígenas, por exemplo, ou seja, reintegrada engole a área, mas ao mesmo tempo se rejeita e aí vem uma dúvida: como se trata de reserva indígena, que é área de domínio público, não é área privada e aí eu não sei até que ponto não há uma desobediência, digamos assim, também desses povos de começarem a “vender” parte dessas áreas, eu digo isso porque também acontece nas terras indígenas rurais. Com o interesse da cana-de-açúcar aqui na Paraíba, teve um momento em que alguns estavam concedendo para plantio da cana de açúcar,

5 O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano etc.).

e não pode. Então, assim, eles não podem vender, é claro, mas é como se eles pudessem passar uma posse que não é deles, e isso é briga interna, inclusive entre eles. É mais nesse sentido, porque eu queria destacar também a singularidade de Dourados no caso do conjunto das cidades que a gente vem estudando, mas para a gente aproveitar aqui e colocar.

Prof.^a Maria José: Certamente que nós, que estamos pesquisando e morando aqui, observamos vários processos, e eu vou tentar colocar algumas questões a partir desses processos, ainda que eu não tenha pesquisas que me permitam fazer afirmativas sobre a questão indígena. Primeiramente, você coloca a questão da segregação: acirra esse processo, principalmente, porque há uma distância que hoje já não é apenas física, é uma distância simbólica. Aqui em Dourados, esse distanciamento, principalmente simbólico do indígena, é muito significativo. Eles circulam pela cidade e, por mais contraditório que possa parecer, circulam pelos loteamentos voltados para uma população de maior poder aquisitivo. A reserva indígena está próxima, não só dos loteamentos fechados, porque esses loteamentos fechados estão localizados na expansão dessa área que é mais elitizada, a porção norte. Estão, além de uma área de fundo de vale, no extremo norte e muito próximos da reserva indígena. Os bairros voltados para os segmentos de maior poder aquisitivo estão localizados, de forma geral, na porção norte e oeste da cidade, a área mais próxima da reserva indígena. De forma contraditória, os indígenas circulam, principalmente, por esses bairros.

E, assim, se percebe, muito claramente a violência simbólica que eles sofrem, o distanciamento simbólico. Fisicamente, estão na cidade, ainda que eles não a vivenciem da forma plena. Eles estão na cidade muitas vezes para vender, eles não vêm para a cidade só para pedir. Eu moro em um bairro que tem um acesso que não é difícil para a reserva. Há dias que chega a passar cinco vezes crianças indígenas na minha porta. Mas eles não passam somente para pedir, eles passam vendendo milho, vendendo mandioca, vendendo aquele palmito silvestre. Enfim, eles trazem também produtos para comercializar. E quem vem para a cidade? As mulheres indígenas. Elas passam com uma carroça e as crianças, que não necessariamente são filhos, vão vender. Eles têm a parentela, eles têm a família extensa. Então, saem da reserva e buscam a cidade. As mulheres vêm com a carroça, param na esquina e as crianças saem vendendo ou pedindo alguma coisa, roupa, alimento, enfim.

Você falou das terras indígenas. Eu não posso te dizer que elas passam por um processo de venda, mas acredito que, em alguns casos, passam por um processo de arrendamento. Também há esse tipo de relação. Aqui tem um curso de Ciências Sociais e os colegas da Antropologia estão mais afinados com essa discussão da problemática indígena e, às vezes, discutimos essas questões. Não podemos pensar aquele grupo como grupo homogêneo. Como todos os segmentos da nossa sociedade, também são marcados por contradições até porque eles já reproduzem muito dos nossos hábitos e, às vezes, os piores hábitos da nossa sociedade. Dessa forma, tem muitas contradições no interior da reserva também. Há disputa de poder entre as lideranças indígenas. Trabalho aqui faz 28 anos e fiquei durante muitos anos sem ter sequer um aluno indígena, mesmo com uma reserva do lado da cidade. Mas, nos últimos anos, principalmente com as políticas de inclusão, políticas de permanência na universidade, a partir do Partido dos Trabalhadores, há uma forte presença de alunos indígenas. Eu cheguei a dar aula em uma sala que tinha 10 alunos indígenas, da etnia Guarani Kaiowá, mas também da Terena. E há diferenças entre as etnias Terena e Guarani Kaiowá, enfim.

Eu procuro tomar muito cuidado para falar dos povos indígenas, pois desconheço muitos elementos dessa realidade. Mas na reserva há muitas contradições também. Os próprios alunos indígenas colocam essas questões. Por exemplo, quando há um conflito de terra com fazendeiros (e aqui é muito comum, inclusive com morte), se observa que em áreas próximas à reserva os fazendeiros colocam milícias para que os indígenas não ocupem. Digo ocupação, mas os indígenas não adotam o termo ocupação, usam retomada. Porque isso tem a ver com a busca, com a retomada de um território tradicional e que, em grande parte dos casos, também já foi comprovado por estudos antropológicos, por perícias. Mesmo nessas áreas de retomada, que eles vivem em extrema pobreza como nas áreas de ocupação no interior da cidade, os alunos indígenas às vezes relatam que os próprios indígenas acabam fazendo aquele papel de delatar para o fazendeiro. Ou seja, passa para o lado do grande produtor rural, desencadeando problemas de diferentes naturezas. Então, acirra esse processo.

Da mesma forma, como eu já disse, a implantação dos loteamentos fechados faz com que o território urbano se expanda, significativamente, no sentido da reserva indígena e o muro dos loteamentos funciona como uma barreira,

além de física, simbólica. Próximo à reserva indígena há algumas áreas não loteadas, mas, mesmo essas áreas não loteadas, têm muro. Eu fiquei sabendo (óbvio que ainda merece ser melhor investigado), que na frente da “Avenida dos condomínios” [via que concentra a maior parte dos loteamentos fechados da cidade] está proibida a passagem de carroças. E quem passa de carroça são os indígenas. Então, está proibido passar índio naquela rua. Isso nós ouvimos, mas não é algo que eu tenha pesquisado ou tenha comprovado. Porém, eu não duvido, porque, de fato, não se observa indígenas circulando naquelas ruas. Essa é uma singularidade de Dourados e também impõe um desafio. Eu, por exemplo, ainda não encontrei fôlego para investigar de forma mais direta essa particularidade a partir da presença indígena. Eu me lembro que no livro, que inclusive você organizou, Doralice, tem o capítulo de Dourados e Chapecó. Lá tangenciamos essa especificidade, mas os próprios instrumentos metodológicos, os próprios levantamentos não eram suficientes.

Hoje, de diferentes formas, eu tenho me aproximado um pouco. Tenho dialogado com uma colega da Geografia Agrária que, nos últimos anos, tem se voltado para a questão indígena. Já pensamos em montar um projeto sobre a condição do trabalho dos indígenas etc. Até pelo fato que de que há outra questão: eles são tidos como aqueles que não gostam de trabalhar. Só que se você observa o setor da construção civil, quem trabalha na construção civil? Os indígenas. Você observa o serviço de limpeza pública, são indígenas que trabalham. E aí, entra outra questão complexa: em grande parte das vezes, por exemplo, na construção civil eles não são registrados, até porque uma parte deles não tem, sequer, documentação ou carteira de trabalho. Como eles não possuem carteira assinada, não quantifica, e eles continuam com o rótulo de vagabundos, daqueles que não trabalham, daqueles que gostam de pedir e não gostam de trabalhar. Isso se propaga nos diferentes meios, nos diferentes momentos.

Bem recentemente, coisa de uns quinze dias, houve uma questão bastante polêmica. Em um programa de rádio, uma pessoa comentou que os cachorros reviram o lixo. E aí, algum ouvinte da rádio afirmou que seria bom colocar um “remedinho” ali, porque, além dos cachorros, quem gosta de revirar lixo é índio. Então, teria que colocar um remedinho para acabar com “esses índios”. Ou seja, é assustador, de arrepiar. Há uma relação bem direta do indígena com a cidade. E, realmente, é uma singularidade que precisa ser melhor estudada. Mas acredito que exista um pouco de receio

e, lógico, um pouco de incapacidade que é alicerçada pelo receio de entrar numa área “que o antropólogo estuda melhor que eu, que o sociólogo estuda melhor que eu”. Porém, do ponto de vista de Geografia, precisamos encarar esse desafio. Sem dúvida, é algo complexo, mas que caracteriza e dá uma singularidade a Dourados.

Prof. Francisco Clébio: A questão dos regionalismos, como é a relação dos dentro com os de fora? É uma área que recebe quantitativos grande de imigrantes, onde há estigmatização de grupos, então de que forma aparece na cidade de Dourados, principalmente se a cidade recebe uma forte mobilidade de trabalhadores que vêm para essas atividades ligadas com a produção agrícola?

Prof.^a Maria José: Eu acredito que nos últimos tempos essa mobilidade não é tão significativa quanto foi no momento de expansão da fronteira com a chegada, por exemplo, dos gaúchos. As usinas sucroalcooleiras se implantaram mais próximas das cidades pequenas, acredito que impactaram mais estas do que Dourados. E essa dinâmica se revela, por exemplo, na própria produção imobiliária, com a presença de conjuntos de apartamentos em cidades pequenas, conjunto de apartamentos pequenos com quitinetes voltados para trabalhadores que, muitas vezes, vieram de outros lugares. Agora, em Dourados eu não teria dados e não teria como afirmar que houve um aumento significativo da periferia em função da chegada dessa mobilidade de trabalhadores mais recentes, até porque parte da mão de obra usada nessas usinas é indígena também, não só nas usinas, como também em empresas como JBS⁶. Tanto é que agora, com o Coronavírus, o primeiro caso dentro da reserva indígena ocorre com um trabalhador da JBS, um trabalhador indígena da JBS. Na verdade, a JBS teve um momento, acho que, mais ou menos no mês de junho, que foi um foco de manifestação do Coronavírus. Ou seja, esses indígenas levaram o vírus para a reserva por meio do trabalho. Mas eu não teria elementos para te falar sobre essa mobilidade recente.

Agora, o que se observa em algumas cidades aqui do entorno é que essas foram mais impactadas com a chegada de trabalhadores do setor sucroalcooleiro. Até porque, ainda que no estado de Mato Grosso do Sul tenha muitas usinas sucroalcooleiras, no município de Dourados mesmo não tem tantas. Isso demandaria também uma pesquisa, mas eu não pos-

6 Uma das maiores empresas do ramo alimentício no mundo, fundada em Goiás em 1953.

so dizer que a periferia está sendo impactada por essa mão de obra. Você falou de nós e do outro, e acontece com a presença dos gaúchos, que vieram em momento anterior. Tem, inclusive, um CTG⁷ aqui na cidade. Eles são os estabelecidos e os indígenas são os outros. Eles também vieram para cá, não são daqui, mas são tidos como os estabelecidos aqui: os respeitados na cidade, aqueles que são trabalhadores, aquele grupo de pessoas que, de fato, é afeito ao trabalho, diferentemente dos indígenas, que “não gostam” de trabalhar. Então, essas contradições estão colocadas.

Você vai na periferia e ouve as pessoas falarem sobre os indígenas. Nós que trabalhamos, muitas vezes, aplicando questionários, conversando, ouvimos discurso preconceituoso. Você vai no condomínio fechado e também ouve discurso de preconceito com relação ao indígena. Esse preconceito é muito centrado na questão de que o indígena não gosta de trabalhar, ainda que na construção civil, ou mesmo nas sucroalcooleiras, grande parte da mão de obra seja indígena.

Quando você pensa em outros elementos presentes, essa relação também se revela. Houve uma época que encheram a cidade de estátuas de Tuiuiús, Capivaras, orelhão de Capivara (na época que ainda havia telefone público nos canteiros da cidade), e esses não são elementos próprios aqui da região de Dourados. São símbolos muito mais do Pantanal em si do que daqui. Mas, ao mesmo tempo que esses elementos parecem querer forjar uma identidade, os indígenas que estão aqui do lado são totalmente negados em todos os aspectos. Esse preconceito é claro. Você percebe essa forma simbólica e, óbvio que concreta também, porque, concretamente, deriva em muitas mortes. Mas há uma forma simbólica de desestruturar essa cultura, de desqualificar. De diversas maneiras isso se dá. De forma geral, independente do nível social, se cultiva esse preconceito. Você vai na periferia e ouve as pessoas falarem sobre os indígenas. Nós que trabalhamos, muitas vezes, aplicando questionários, conversando, ouvimos discurso preconceituoso. Você vai no condomínio fechado e também ouve discurso de preconceito com relação ao indígena. Esse preconceito é muito centrado na questão de que o indígena não gosta de trabalhar, ainda que

7 Centro de Tradições Gaúchas.

na construção civil, ou mesmo nas sucroalcooleiras, grande parte da mão de obra seja indígena. Então, é bastante complexo. Já, com relação ao que você pergunta sobre mobilidade, como eu disse, não tenho dados para falar sobre. Ainda que no município haja a presença de sucroalcooleiras, não são tantas como em outras cidades pequenas, como é o caso, por exemplo, de Rio Brillhante, um município próximo daqui.

Prof.^a Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD) - Considerações Finais: Eu queria agradecer, por meio da Virgínia, que foi quem me fez o convite, a todos os colegas presentes. Sem dúvida, foi uma oportunidade muito bacana para nos conhecermos, para estreitar o diálogo e abrir oportunidades futuras de diálogos. Eu confesso que quando recebi o convite pensei: *“Deuses, como assim? Um debate com várias pessoas perguntando, vou ser sabatinada?”*. Fiquei meio receosa e também pensei: *“Tem tantas outras pessoas que podem falar melhor que eu, que têm mais experiência que eu”*. Mas eu acho que foi, sem dúvida, um momento bacana, que nos obriga a rever a nossa trajetória e isso também é bom, porque podemos avaliar tanto os nossos avanços quanto as nossas limitações no decorrer dessa caminhada.

Assim, eu fico bastante grata pelo convite. Eu não conheço Sobral, espero conhecer, e espero que não demore muito para que possamos nos encontrar nos eventos e dialogar de forma presencial. Sem dúvida, a pandemia tem possibilitado reunir pessoas que, talvez, presencialmente não reuniríamos. Mas, por outro lado, tudo parece muito frio porque a gente quer ver as pessoas, quer também tomar um cafezinho, quer dialogar de forma mais próxima. De qualquer maneira, eu agradeço muito o convite. Foi uma oportunidade muito bacana de estar aqui com vocês. De fato, é uma atividade muito rica e interativa.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 262 páginas e em e-book formato pdf.

Impressão e acabamento:

Abril de 2022.

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

O que nasceu como uma tentativa de aproximar pesquisadores de diversas áreas, de mobilizar os membros do Conselho Editorial da Ser-tãoCult na elaboração de um material que exprimisse a capacidade da editora em produzir obras com qualidade técnica e com relevância acadêmica, tornou-se um sucesso logo em sua primeira edição.

Após o lançamento do volume Diálogos sobre a Ditadura, que reuniu alguns dos maiores pesquisadores sobre a temática no Brasil, a série Território Científico chega ao seu segundo volume elaborado a partir de uma parceria com os profissionais na sua maioria da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) que participaram do Grupo de Estudos - Abordagens teóricas e metodológicas nos estudos das cidades médias e pequenas, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - GEPPUR e o Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais - LEURB/UVA no ano de 2020. Eis a obra “Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva”.

É gratificante concluirmos mais esta contribuição para a comunidade científica, apresentando as trajetórias de algumas das maiores referências da Geografia Urbana brasileira, que no contexto da pandemia da Covid-19 ficaram tão fisicamente distantes, mas nunca tão próximos, unidos através da tecnologia, que permitiu a troca de experiências com colegas de diferentes regiões do país.



ISBN 978-856796088-3



9

788567

960883